



Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência Especial do Tesouro Estadual
Contadoria Geral do Estado

Siafe-AL

Procedimento Contábil - 38

Consórcio Público

Versão 1.0 de 22/06/2020

Revisões

Ver- são	Data	Descrição	Autor
1.0	22/06/2020	Versão inicial do documento	Teresa Gomes
1.1	23/06/2020	Alteração do documento	Jany mary Pereira
1.2	12/08/2020	Atualização do documento	Jany Mary Pereira

1. Objetivo

Este Procedimento Contábil tem por objetivo orientar os profissionais de contabilidade do Estado de Alagoas quanto à forma de contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº 274/2016 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

2. Conceito

Segundo a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 10 – IPC 10 publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional:

Os Consórcios Públicos representam a aliança entre entidades da federação com vistas à realização de objetivos comuns, estabelecendo relações de cooperação federativa, para o desenvolvimento de ações conjuntas para o alcance de benefícios coletivos.

Revestida como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, os consórcios poderão promover atividades relacionadas ao desenvolvimento regional, ações de saneamento básico, educação, saúde, gestão, tratamento do lixo urbano, água, esgoto ou projetos urbanos.

3. Legislação

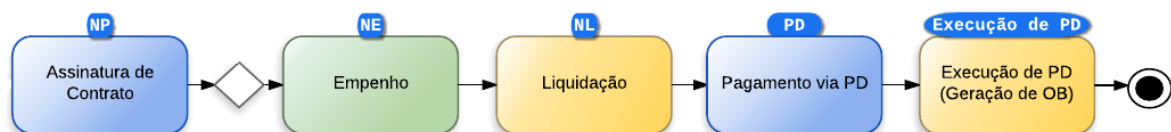
- Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 - dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum;
- Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 – regulamenta a Lei nº 11.107/2005. Dentre outras disposições, descreve as condições e critérios dos aspectos constitutivos dos consórcios.
- Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.
- Instrução de Procedimentos Contábeis nº 10 – IPC 10 – Secretaria do Tesouro Nacional.

4. Fluxo de Processos

Será abordado o processo de contabilização de Consórcio Público.



Na elaboração de todo e qualquer documento, os campos que estiverem marcados pelo símbolo * são de preenchimento obrigatório.



O procedimento inicia-se com a **assinatura do contrato** entre os participantes.

O reconhecimento do ativo patrimonial no consórcio público e do passivo patrimonial no ente consorciado ocorre no **início da vigência do contrato de rateio**.

Em regra, as transferências de ativos (monetários ou não) dos entes consorciados para o consórcio público são registradas por meio de ativo (**participações no ente consorciado**) e patrimônio líquido (no consórcio);

As transferências de ativos (monetários ou não) dos entes consorciados para o consórcio público podem ser registradas por meio de variações patrimoniais (VPD/VPA), quando o consórcio atender a um ente externo (não consorciado) ou mesmo a um ente consorciado numa contratação direta, na condição de cliente.

Aportes em forma de bens não se confundem com o contrato de rateio, mas alteram a participação dos entes no consórcio.

As participações no consórcio público são registradas por cotas de participação e precificadas por meio da relação entre o patrimônio líquido e o total de cotas.

Conforme a Lei nº 11.107/20005, o Decreto nº 6.017/2007 e a Portaria STN nº 274/2016, o contrato de rateio constitui o instrumento exclusivo pelo qual os entes consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas dos consórcios públicos. Seus créditos estarão consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais, e deverão ser objeto de controles contábeis específicos materializados nos eventos a seguir.

4.1. Assinatura do Contrato



Este registro de assinatura do contrato é feito no próprio contrato (Execução > Contratos e Convênios > Contratos). Para isto clique em **Contabilizar**, após **Salvar** o contrato.

Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Contratos e Convênios > Contrato**, e clique em **Inserir**.

Na tela de inclusão deste documento:

- Preencher com os **Dados Gerais** do Contrato:

Dados Gerais			
Número Automático	20000676		
* Situação	Em Vigor	Número Original	02/2020 - RATEIO
		Número do Processo	2000-8229/2020
* Objeto	CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O RATEIO DAS PESSOAS OPERACIONA		
* Natureza	<input type="radio"/> Receita <input checked="" type="radio"/> Despesa		
* Tipo Contratante	<input type="radio"/> PF <input type="radio"/> PJ <input type="radio"/> CG <input checked="" type="radio"/> UG	Código	510524
		Nome	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE-510524
* Tipo Contratado	<input type="radio"/> PF <input checked="" type="radio"/> PJ <input type="radio"/> CG <input type="radio"/> UG	Código	34304033000147
		Nome	CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOL
* Domicílio Bancário	900001	001 - 3832 - 900001	
* Valor Original	R\$ 10.513.800,00	Valor Total	R\$ 10.513.800,00
		Garantia	Não Tem
		Valor da Garantia	
Saldo Original Registrado	R\$ 10.513.800,00		

- Preencher os campos de **Detalhamento**:

Detalhamento	Etapa	Aditivos	Reajustes	Ressisão	Responsáveis do Contrato	Unidades Gestoras Perm
Data da Proposta					Data da conclusão	
Data da celebração	27/04/2020				Modalidade de Licitação	Dispensa de Licitação Emergencial
Data da Publicação	27/04/2020				Vínculo PPA	Não
Data de início da vigência	27/04/2020				Regime de Execução	Entrega Imediata
Data do fim da vigência	09/09/2020				Modalidade	Contrato Emergencial ou Calamidade
Data fim da vigência total	09/09/2020				% terceirização	

- Preencher as demais abas, clique No botão **Salvar** e em seguida **Contabilizar**:

Uma tela aparecerá para o preenchimento do Tipo e Item Patrimonial conforme a seguir:

Assinatura do Contrato

* Tipo Patrimonial **Consórcio Público - Contrato de Rateio**

* Item Patrimonial **7700 - CONTRATO DE RATEIO**

* Unidade Gestora **510524 FES**

Valor R\$ 10.513.800,00

Valor Aditivos R\$ 0,00

Valor Reajustes R\$ 0,00

Saldo Registrado R\$ 0,00

Valor a ser Registrado **R\$ 10.513.800,00**

Confirmar **Cancelar**

E então clique em **Confirmar**.

Ao confirmar o sistema irá gerar uma *Nota Patrimonial* com o roteiro contábil:

- Natureza de informação de controle:

D – 7.1.2.3.1.01.01 - Contratos - assinatura

C – 8.1.2.3.1.09.01 - Contratos de Rateio – a executar

4.2. Início da Vigência do Contrato

O início da vigência do contrato é fato gerador para o registro patrimonial da participação no consórcio público e da obrigação para com o mesmo.



Caso haja alguma dúvida quanto da elaboração deste documento, acesse o manual de elaboração de Nota Patrimonial.

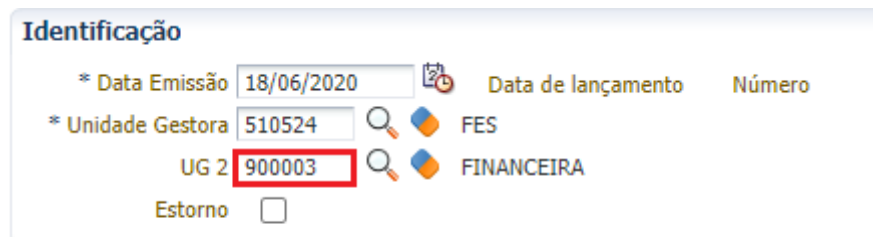
Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Contabilidade > Nota Patrimonial**, e clique em **Inserir**.

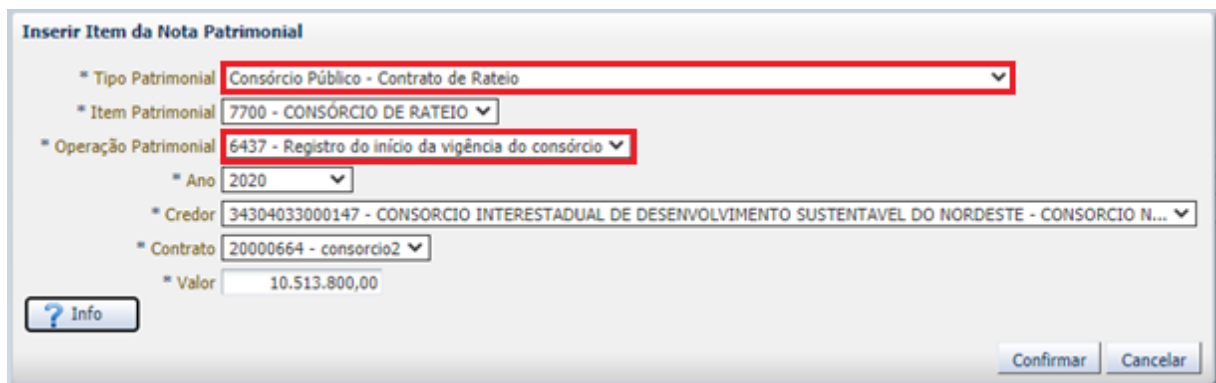
Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Identificação**
 - preencha a data de emissão;
 - a Unidade Gestora contratante;
 - a **UG2 900003 (UG que irá controlar a participação no consórcio)**.

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os das imagens a seguir:



- Aba **Itens**
 - Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
 - Selecione o **Item patrimonial**: 7700 - CONSÓRCIO DE RATEIO;
 - Selecione a **Operação Patrimonial**: Registro do início da vigência do consórcio;
 - Selecione o **Ano**;
 - Selecione o **Credor**;
 - Selecione o **Contrato**;
 - Preencha o **Valor**.



E então clique em **Confirmar** e **Contabilizar**:

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma *Nota Patrimonial* com o roteiro contábil:

Na UG1:

- Natureza de informação patrimonial:
 - D - 3.5.1.2.2.02.99 - Outras Transferências Não Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária
 - C - 2.1.8.9.1.14.01 - Consórcios a Pagar (P)
 - Natureza de informação de controle:
 - D - 8.1.2.3.1.09.01 - Contrato de Rateio – a executar
 - C - 8.1.2.3.1.09.02 - Contrato de Rateio – em execução

Na UG2 900003:

D - 1.2.2.1.1.01.07 - Participação em Consórcios Públicos

C - 4.5.1.2.2.02.99 - Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária



OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Observe que a Participação em Consórcios Públicos ficará registrada na unidade gestora informada no campo UG2. Neste exemplo foi informada a UG Tesouro, que poderá manter o controle das participações de forma centralizada para que anualmente proceda aos registros de equivalência patrimonial.

4.3. Empenho da Transferência ao Consórcio

Estes registros são realizados através do documento Nota de Empenho.



Caso haja alguma dúvida quanto da elaboração deste documento, acesse o manual de elaboração de Nota de Empenho.

Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Execução Orçamentária > Nota de Empenho**, e clique em **Inserir**.

Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Classificação**
- Selecione o **Tipo de Passivo**: Passivo reconhecido previamente;
- Selecione a **Natureza** específica:
447170 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os das imagens a seguir:

A captura de tela mostra a aba 'Classificação' de um sistema. O formulário contém os seguintes campos preenchidos:

- Tipo de reconhecimento de passivo: Passivo reconhecido previamente
- Nota de Reserva: (campo vazio)
- * Programa de trabalho: 10.302. 0205. 4448 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS UNIDADES DE SAÚDE
- * Natureza: 447170 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
- * Unidade Orçamentária: 27524 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
- * Id. uso: 0 - Não Destinado à Contrapartida
- * Fonte: 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- * Tipo de Detalhamento de Fonte: 0 - SEM DETALHAMENTO
- * Detalhamento de Fonte: 000000 - SEM DETALHAMENTO
- * Região Planejamento: 210 - TODO ESTADO
- * Plano Orçamentário: 000549 - Implantação/implementação de ações de modernização do parque tecnológico das unidades d...

- Aba **Itens**
- Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
- Selecione o **Sub-item da Despesa**: 01 - CONTRATO DE RATEIO;
- Selecione a **Operação Patrimonial**: 6442 - Passivo reconhecido previamente;
- Selecione o **Ano**;
- Preencha o **Valor**.

Inserir Item

* Tipo Patrimonial **Consórcio Público - Contrato de Rateio** ▼

* Sub-item da Despesa **01 - CONTRATO DE RATEIO** ▼

* Operação Patrimonial **6442 - Passivo reconhecido previamente** ▼

* Ano **2020** ▼

* Valor **10.513.800,00**

? Info

Confirmar **Cancelar**

E então clique em **Confirmar**.

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma *Nota de Empenho* com o roteiro contábil (resumido):

- Natureza de informação patrimonial:
 - D - 2.1.8.9.1.14.01 - Consórcios a Pagar (P)
 - C - 2.1.8.9.1.14.01 - Consórcios a Pagar (F)
- Natureza de informação orçamentária:
 - D - 6.2.2.1.1.01.01 - Crédito Disponível
 - C- 6.2.2.1.3.01.01 - Crédito Empenhado a Liquidar Natureza de informação orçamentária
 - D - 6.2.2.1.3.01.01 - Crédito Empenhado a Liquidar
 - C - 6.2.2.1.3.02.01 - Crédito Empenhado em Liquidação
- Controle das Disponibilidades:
 - D: 8.2.1.1.1.01.01 - Disponibilidade por Destinação de Recursos
 - C: 8.2.1.1.2.01.01 - DDR Comprometida por Empenho

4.4. Liquidação da despesa da Transferência ao Consórcio

Estes registros são realizados através do documento Nota de Liquidação.



Caso haja alguma dúvida quanto da elaboração deste documento, acesse o manual de elaboração de Nota de Liquidação.

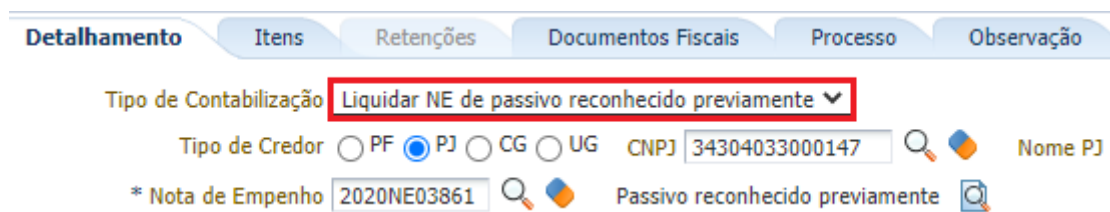
Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Execução Orçamentária > Nota de Liquidação**, e clique em **Inserir**.

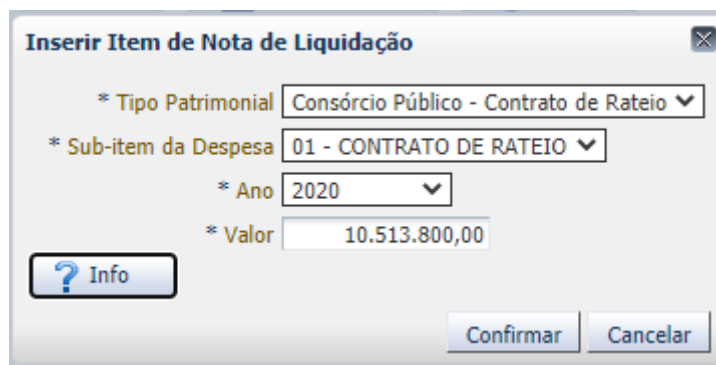
Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Detalhamento**
 - Selecione o **Tipo de Contabilização**: Liquidar NE de passivo reconhecido previamente;

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os das imagens a seguir:



- Aba **Itens**
- Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
- Selecione o **Sub-item da Despesa**: 01 - CONTRATO DE RATEIO;
- Selecione o **Ano**;
- Preencha o **Valor**.



E então clique em **Confirmar**.

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma *Nota de Liquidação* com o roteiro contábil (resumido):

- Natureza de informação orçamentária:

D - 6.2.2.1.3.02.01 - Crédito Empenhado em Liquidação

C - 6.2.2.1.3.03.01 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

- Controle das Disponibilidades:

D - 8.2.1.1.2.01.01 - DDR Comprometida por Empenho

C - 8.2.1.1.3.01.01 - DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

4.5. Pagamento da despesa da Transferência ao Consórcio

Estes registros são realizados através do documento PD Orçamentária.



Caso haja alguma dúvida quanto da elaboração deste documento, acesse o manual de elaboração de PD Orçamentária.

Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Execução Financeira > PD Orçamentária**, e clique em **Inserir**.

Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Itens**
- Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
- Selecione o **Sub-item da Despesa**: 01 - CONTRATO DE RATEIO;
- Selecione a **Operação Patrimonial**: conforme banco pagador;
- Selecione a **Vinculação de Pagamento**;
- Selecione o **Ano**;
- Preencha o **Valor**.

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os das imagens a seguir:

Inserir Item da PD Orçamentária

* Tipo Patrimonial

* Sub-item da Despesa

* Operação Patrimonial

* Vinculação de Pagamento

* Ano

Saldo Disponível

* Valor

E então clique em **Confirmar**.

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma **PD Orçamentária** com o roteiro contábil (resumido):

- Natureza de informação patrimonial:
 - D - 2.1.8.9.1.14.01 - Consórcios a Pagar (F)
 - C - 1.1.1.1.1.xx.xx - Caixa e Equivalentes de Caixa (F)
- Natureza de informação orçamentária:
 - D - 6.2.2.1.3.03.01 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 - C - 6.2.2.1.3.04.01 - Crédito Empenhado Liquidado Pago
- Controle das Disponibilidades:
 - D - 8.2.1.1.3.01.01 - DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
 - C - 8.2.1.1.4.01.01 - DDR Utilizada
- Controle dos Atos Potenciais:
 - D - 8.1.2.3.1.09.02 - Contrato de Rateio – em execução
 - C - 8.1.2.3.1.09.03 - Contrato de Rateio – executado
- Controle de Prestação de Contas:
 - D - 7.5.2.0.0.00.00 - Prestação de Contas de Consórcios Públicos
 - C - 8.5.2.1.0.00.00 - Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar



OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: No momento do pagamento é registrado o início do Controle de Prestação de Contas que o consórcio deverá fazer aos entes consorciados.

4.6. Controle da prestação de contas

Estes registros são realizados através do documento Nota Patrimonial.

Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Contabilidade > Nota Patrimonial**, e clique em **Inserir**.

Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Itens**
 - Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
 - Selecione o **Item patrimonial**: 7700 - CONTRATO DE RATEIO;
 - Selecione a **Operação Patrimonial**: 6492 - Controle Prestação de Contas A APROVAR - Consórcio Público;
 - Selecione o **Credor**;
 - Selecione o **Contrato**;
 - Preencha o **Valor**.

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os da imagem a seguir:

E então clique em **Confirmar**.

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma *Nota Patrimonial* com o roteiro contábil:

- Controle de Prestação de Contas:

D - 8.5.2.1.0.00.00 - Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A comprovar

C - 8.5.2.1.0.00.00 - Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A Aprovar

4.7. Execução da Prestação de Contas

Estes registros são realizados através do documento Nota Patrimonial.

Para acessar este documento, selecione no menu:

- **Execução > Contabilidade > Nota Patrimonial**, e clique em **Inserir**.

Na tela de inclusão deste documento:

- Aba **Itens**
- Selecione o **Tipo Patrimonial**: Consórcio Público - Contrato de Rateio;
- Selecione o **Item Patrimonial**: 7700 - CONTRATO DE RATEIO;
- Selecione a **Operação Patrimonial**: 6493 - Execução Prestação de Contas APROVADA - Consórcio Público;
- Selecione o **Credor**;
- Selecione o **Contrato**;
- Preencha o **Valor**.

Neste caso, os preenchimentos utilizados a título de exemplo são os da imagem a seguir:

Inserir Item da Nota Patrimonial

* Tipo Patrimonial: Consórcio Público - Contrato de Rateio

* Item Patrimonial: 7700 - CONTRATO DE RATEIO

* Operação Patrimonial: 6493 - Execução Prestação de Contas APROVADA - Consórcio Público

* Credor: 34304033000147 - CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO N...

* Contrato: 20000664 - consorcio2

* Valor: 10.513.800,00

Info

Confirmar Cancelar

E então clique em **Confirmar**.

Ao contabilizar o sistema irá gerar uma *Nota Patrimonial* com o roteiro contábil:

- Controle de Prestação de Contas:

D - 8.5.2.3.0.00.00 - Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – A aprovar

C - 8.5.2.4.0.00.00 - Execução da Prestação de Contas de Consórcio Público – Aprovados

5. Contabilização da execução orçamentária dos Consórcios Públicos nas contas de controle dos Entes Consorciados

A Portaria STN nº 274/2016 estabeleceu normas para a consolidação das contas dos consórcios públicos aos entes consorciados, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

Os entes da Federação consorciados deverão incluir a execução orçamentária e financeira do consórcio público relativa aos recursos entregues em virtude de contrato de rateio para a elaboração dos seguintes demonstrativos fiscais:

- I- Demonstrativo da Despesa com Pessoal, que compõe o RGF;
- II- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – que compõe o RREO;
- III- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - RREO;

A citada Portaria também estabelece a necessidade de inserir no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa, que integra o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, a insuficiência de caixa verificada no consórcio público, e, no Demonstrativo das Operações de Crédito e da Dívida Consolidada Líquida, também integrantes do RGF, as operações contratadas pelo consórcio público.

Os consórcios públicos deverão encaminhar aos Poderes Executivos de cada ente da Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos fiscais até quinze dias após o encerramento do período de referência, salvo prazo diverso estabelecido por legislação específica de cada ente consorciado.

O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PCASP, sugere um detalhamento, nos grupos 7.5.3.0.0.00.00 e 8.5.3.0.0.00.00 – CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO, a fim de possibilitar o registro da despesa executada em consórcios públicos, conforme lista a seguir.

7.5.3.0.0.00.00	CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO
7.5.3.1.0.00.00	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO
7.5.3.2.0.00.00	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.4.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
7.5.3.5.0.00.00	INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO
7.5.3.6.0.00.00	OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATADA PELO CONSÓRCIO PÚBLICO
7.5.3.7.0.00.00	DÍVIDA CONSOLIDADA REFERENTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO
8.5.3.0.0.00.00	CONSOLIDAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONSÓRCIO
8.5.3.1.0.00.00	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO
8.5.3.2.0.00.00	DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.2.1.00.00	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR
8.5.3.2.2.00.00	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO
8.5.3.2.3.00.00	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR
8.5.3.2.4.00.00	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO
8.5.3.2.5.00.00	EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS

8.5.3.2.6.00.00	EMPENHOS EM LIQUIDAÇÃO INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS
8.5.3.2.7.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
8.5.3.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.3.1.00.00	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR
8.5.3.3.2.00.00	RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO
8.5.3.3.3.00.00	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR
8.5.3.3.4.00.00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS
8.5.3.3.5.00.00	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR BLOQUEADOS
8.5.3.3.6.00.00	RP NÃO PROCESSADOS TRANSFERIDOS
8.5.3.3.7.00.00	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO
8.5.3.3.8.00.00	RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS
8.5.3.4.0.00.00	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
8.5.3.4.1.00.00	RP PROCESSADOS A PAGAR
8.5.3.4.2.00.00	RP PROCESSADOS PAGOS
8.5.3.4.3.00.00	RP PROCESSADOS TRANSFERIDOS
8.5.3.4.4.00.00	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO
8.5.3.4.5.00.00	RP PROCESSADOS CANCELADOS
8.5.3.5.0.00.00	INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO
8.5.3.6.0.00.00	OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATADA PELO CONSÓRCIO PÚBLICO
8.5.3.7.0.00.00	DÍVIDA CONSOLIDADA REFERENTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO

6. Equipe Responsável

- Maria Teresa Gomes de Souza Mendes
- Jany Mary Barbosa Pereira